

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a abordagem policial deve ser eficiente e pautada pela preservação de vidas. Meu discurso de hoje envolve a preocupação com o futuro das nossas polícias brasileiras.

A alta letalidade da ação policial no Brasil é citada de forma recorrente nos relatórios de direitos humanos produzidos por organizações nacionais e internacionais de direitos humanos. Como parte da Organização das Nações Unidas, o Brasil tem compromissos com os *Princípios Básicos para o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários*, documento adotado pela ONU por consenso em 1990, no VIII Congresso das Nações Unidas.

Lamentavelmente, o Brasil está andando na contramão desses princípios, elementares para a vida em sociedade, pautada pelo respeito aos direitos humanos.

Não bastassem esses números que colocam o Brasil entre os países que apresentam maior letalidade policial, governantes eleitos em outubro anunciaram preocupantes diretrizes para seus órgãos de segurança pública, diretrizes estas contrárias aos princípios com os quais o Brasil está comprometido perante a comunidade internacional.

O Presidente eleito, Jair Bolsonaro, ameaçou em comício eleitoral metralhar opositores. Pegando carona neste discurso, o Governador eleito do Estado de São Paulo, João Dória, anunciou durante a campanha que, a partir de janeiro, a polícia vai atirar, para matar, em pessoas que estiverem armadas. Na mesma linha, o Governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, afirmou que atiradores vão mirar a cabecinha e... fogo.

Na realidade, alguns policiais no Brasil já têm o hábito de, nas comunidades pobres, atirar em pessoas que supõem estejam armadas. Os moradores desses bairros já sabem o quanto é arriscado até carregar certos objetos. Muleta, furadeira e guarda-chuva já foram confundidos com armas de fogo em operações policiais, e os cidadãos que portavam esses objetos foram atingidos por disparos de policiais.

Os governantes e Parlamentares precisam saber que suas declarações repercutem e acabam alimentando uma cultura de morte, de ódio, de violência e desrespeito aos cidadãos, principalmente os negros e os mais pobres.

As pessoas que ocupam cargos públicas precisam ter noção das suas responsabilidades com o que pregam e o que declaram publicamente, porque muitos agentes públicos e mesmo cidadãos comuns vão se sentir autorizados e motivados a agir com a violência que esses dirigentes pregam.

Considero um desrespeito aos agentes de segurança pública, seja policiais militares seja civis, dar ordens para atuarem com excesso ilegal de violência. O uso de armas por esses agentes deve seguir o procedimento padrão, e atirar para matar deve ser uma exceção, e não uma regra, até porque o policial que mata está muito mais sujeito a morrer.

Uma sociedade civilizada não pode aceitar licença para matar, e governante nenhum tem o direito de dar licença para matar. As democracias mais desenvolvidas demonstram que é possível combater a criminalidade sem causar mortes desnecessárias. Policial não é sinônimo de cangaceiro.

Os serviços de segurança pública têm o dever de agir com legalidade, o dever de dar exemplos positivos e atuar segundo princípios da civilização e os padrões universais de direitos humanos. A segurança pública tem de ser para todos.

Não poderemos permitir que se constituam, em vez de uma polícia cidadã, esquadrões da morte.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.